



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638658 - SP (2021/0001486-0)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : RAFAEL FORTES ALMEIDA
ADVOGADO : RAFAEL FORTES ALMEIDA - SP381292
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : KLEYTON PEREIRA DO NASCIMENTO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de KLEYTON PEREIRA DO NASCIMENTO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 0000747-69.2015.8.26.0536).

O paciente foi condenado às penas de 5 anos de reclusão em regime inicialmente fechado pelo cometimento do crime tipificado no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06, e de 3 anos de reclusão em regime inicialmente semiaberto pelo cometimento do crime tipificado no art. 16, *caput*, da Lei n.10.826/03.

O impetrante sustenta que "a própria acusação, Ministério Público, em primeiro e segundo grau de jurisdição, requereu o reconhecimento da diminuição de pena apontada, ainda em patamar máximo. A falta de aplicação desta causa de diminuição, todavia, como se demonstrará, atinge o princípio da proporcionalidade, e, *in casu*, projeta inconstitucionalidade. " (fl. 09)

Aduz, que "tampouco é possível conceber, dentro da sistemática penal, que, dadas as condições pessoais do próprio paciente, dentre as quais exsurgem o grau de culpabilidade, os antecedentes, a conduta social, a personalidade, motivos e consequências do crime, o agravamento desproporcional do regime prisional. " (fl. 13)

Requer, liminarmente e no mérito, o reconhecimento "do tráfico privilegiado, causa de diminuição prevista no art. 33, parágrafo 4º, da Lei 11.343/06, e/ou fixação do regime inicial prisional aberto ou, subsidiariamente, semiaberto, por fim, substituindo a pena privativa de liberdade por pena restritiva de direito." (fl. 14)

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade

que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente